



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

MARIA CAROLINE SILVA MORAIS

**RELATÓRIO DA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**  
**PATRIMÔNIOS CONTADO HISTÓRIA:**  
**DO ISTMO AO PILAR**

RECIFE  
2022

MARIA CAROLINE SILVA MORAIS

**RELATÓRIO DA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
PATRIMÔNIOS CONTADO HISTÓRIA:  
DO ISTMO AO PILAR**

Este relatório apresenta para a banca do curso de História na Universidade Federal Rural de Pernambuco os estudos e etapas de elaboração de um guia para obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientadora: Caroline Borges  
Coorientadora: Ana Lúcia Oliveira Do Nascimento

RECIFE  
2022

## **Agradecimentos**

Ao meu marido e maior incentivador que me impulsiona para viver os meus propósitos. À minha mãe que com seu trabalho e dedicação é meu maior exemplo de dedicação. Ao meu pai que me inspira a viver os chamados do meu coração. À minha irmã que sempre acredito no meu potencial e valorizou minhas pequenas conquistas. Ao meu filho por quem me empenho para contribuir na construção de um mundo melhor. Ao meu primo Pedro com quem compartilhei meus textos, minhas dúvidas e minhas ideias.

Agradeço também às professoras Caroline Borges, Ana Nascimento e Suely Almeida por acreditarem nas minhas ideias e por me encaminharem nos estudos sobre o valor do patrimônio. À toda equipe do NEPARQ que me deu todo suporte para a construção deste trabalho. À professora Juliana Andrade que, dedicando seu tempo, analisou e avaliou este trabalho

E agradeço, principalmente, à Deus que me convida diariamente a viver os sonhos que ele sonhou para mim.

## Resumo

Neste trabalho de conclusão de curso construímos uma guia de educação patrimonial baseados nas atividades do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal Rural de Pernambuco, com seu trabalho arqueológico na Comunidade do Pilar, Recife-PE, onde foram encontrados materiais de grande relevância para história da cidade e do país. Buscamos elaborar um material de apoio para aos professores que os auxiliem na construção de um ensino reflexivo, crítico e autônomo, atendendo as demandas das políticas públicas de educação representadas pela Base Nacional Comum Curricular. Para isso, realizamos um estudo sobre a História da Educação do Brasil, delimitando como ponto de partida a Constituição e 1988 até a elaboração da Base Nacional visando identificar os objetivos e normativas elaboradas para educação no Brasil. Depois, estudamos as possibilidades de produção de um produto didático a partir do material encontrado no projeto arqueológico desenvolvido no Pilar. Assim, considerando a importância do Ensino de História para a formação de cidadãos críticos e da memória social, unindo pesquisa e educação, projetamos um guia que abre espaço para divulgação e diálogo dos estudos desenvolvidos, mas sem dispensar as diretrizes e normas do ensino.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial; Recife; História.

## **Abstract**

In this Final Undergraduate Thesis, we built a heritage education guide based on the activities of the Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal Rural de Pernambuco, with its archaeological work in Comunidade do Pilar, Recife-PE, where were found materials of great relevance to the history of the city and the country. We seek to elaborate a support material for teachers to help them build a reflective, critical and autonomous teaching, meeting the demands of public education policies represented by the Common National Curricular Base (BNCC). To this end, we conducted a study on the History of Education in Brazil, delimiting as a starting point the 1988 Constitution until the elaboration of the National Base, aiming to identify the goals and norms elaborated for education in Brazil. Then, we studied the possibilities of producing a didactic product from the material found in the archeological project developed in Pilar. Thus, considering the importance of History Teaching for the formation of critical citizens and social memory, uniting research and education, we designed a guide that opens space for dissemination and dialogue of the studies developed, but without dismissing the guidelines and norms of education.

**Keywords:** Heritage Education; Recife; History.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. RELAÇÕES ENTRE AS DIRETRIZES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL .....</b>	<b>7</b>
<b>3. RELATO DE ATIVIDADE: A CONSTRUÇÃO DO GUIA.....</b>	<b>13</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>14</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>15</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As produções do Programa Arqueológico de Resgate, Prospecção, Monitoramento e Educação Patrimonial das Obras Civas de Implantação do Habitacional do Pilar – Bairro do Recife, realizado pela equipe no Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ)<sup>1</sup> têm trazido uma riqueza de informações e conhecimentos produzidos na área de história, cultura material e patrimônio.

Os artigos sobre o Pilar e os patrimônios que veem sendo pesquisados apresentam informações importantes para entendermos a História, não só da cidade do Recife, mas também da formação do nosso país. Pensando sobre as contribuições que essa pesquisa poderia oferecer para o ensino de História, escolhemos produzir um guia didático associando o uso da cultura material, referente ao trabalho do Pilar. Encontramos na Educação Patrimonial um ótimo viés de divulgação capaz de contribuir com as atividades dos docentes da Educação Básica.

A Educação Patrimonial é um importante recurso do Ensino de História, inclusive, para o desenvolvimento das aprendizagens, habilidades e competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A partir dela, é possível a construção de caminhos para que o aluno aprenda os conceitos e procedimentos da História, bem como, tenha domínio sobre as práticas cognitivas e socioemocionais esperadas.

Quantos estudos acadêmicos têm se perdidos entre as estantes de bibliotecas universitárias, HDs e pastas de impressos? Quando, com um árduo empenho e um pouco de sorte, uma pesquisa é discutida na academia, ela ultrapassar a barreira de seus pares? Quantas produções são divulgadas e utilizadas pela sociedade? Há uma riqueza de ideias, estudos e materiais que não avançam além dos muros da universidade. Mas deveriam. Essas foram as inquietações que motivaram a realização deste material.

Logo, este trabalho é um esforço de romper com esse ciclo, avanças além dos muros e nichos acadêmicos e alcançar os professores e estudantes das redes de ensino da educação básica com um guia de educação patrimonial que apresenta, de maneira didática, informações sobre nossas memórias e história, sobre aquilo que temos estudado na universidade e oferece estratégias para o ensino escolar conforme aquilo que se estabelece na BNCC para o desenvolvimento de um ensino que permita ao aluno ser protagonista do seu aprendizado.

---

<sup>1</sup> O NEPARQ é um núcleo de pesquisa ligado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco onde são realizados, principalmente, trabalhos nas áreas de arqueologia, história, patrimônio e ensino.

## 2 RELAÇÕES ENTRE AS DIRETRIZES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Pensar estratégias de ensino é essencial aos cursos de licenciatura e formação de professores. Analisar as políticas pedagógicas, as diretrizes e os projetos educacionais fazem parte da reflexão do professor. Contudo, o campo teórico não traz em si a resolução para os desafios do educador, é necessário avaliar quais práticas são possíveis e plausíveis para desenvolver o ensino que se almeja. Como já dito anteriormente, aqui utilizamos a prática da metodologia da Educação Patrimonial.

Para tratar sobre esse método, tivemos como fundamento o “Guia Básico de Educação Patrimonial” produzido em 1999 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que define a Educação Patrimonial como “[...] um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (1999, p.4).

Defendemos que o ensino de História pode e deve se desenvolver a partir da memória e do patrimônio compartilhado pela sociedade, pois evidencia-se que “os bens culturais [...] contribuem para formação de identidade, na formação de grupo, nas categorias sociais e no resgate à memória, permitindo estabelecer elos entre o pertencimento, história e as raízes” (Costa, 2007). Pois, como coloca Pedro Funari

devemos lutar para que o povo assuma seu destino, para que tenha acesso ao conhecimento, para que possamos trabalhar, como acadêmicos e como cidadãos, com o povo e em seu interesse. Como cientistas, em primeiro lugar, deveríamos buscar o conhecimento crítico sobre nosso patrimônio comum. E isto não é uma tarefa fácil. (2001, p. 6)

Assim, a discussão sobre o conceito de patrimônio partiu do texto “Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil” de Pedro Paulo Funari (2001), onde o autor explora os diferentes sentidos ligados ao termo “patrimônio cultural”.

As línguas românicas usam termos derivadas do latim *patrimonium* para se referir à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança”. Os alemães usam *Denkmalpflege*, “o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”, enquanto o inglês adotou *heritage*, na origem restrito “àquilo que foi ou pode ser herdado” mas que, pelo mesmo processo de generalização que afetou as línguas românicas e seu uso dos derivados de *patrimonium*, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores. Em todas estas expressões, há sempre uma referência à



lembrança, moneo (em latim, “levar a pensar”, presente tanto em patrimonium como em monumentum), Denkmal (em alemão, denken significa “pensar”) e aos antepassados, implícitos na “herança”. (2001, p. 1)

No texto “Educação Patrimonial Como Instrumento de Divulgação” de Alcidea Coelho Costa (2007) ela faz a narrativa sobre a estruturação do conceito de patrimônio no Brasil, onde cita o Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, onde o se define que:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

O conceito de memória coletiva é importante, pois nos ajuda a compreender a sua importância no processo da Educação Patrimonial. Para tanto, nos baseamos na ideia de que

Não é incomum o estabelecimento de paralelos entre a memória e a história, já que ambas se referem ao passado; toda via, enquanto a primeira vincula-se com o experimentado pessoalmente (como acontecimentos vividos ou relatos recebidos), a segunda vai muito além do caráter individual ou plural da pessoa que recorda. Podemos falar em memória coletiva) para nos referirmos de processo de lembrança e esquecimentos produzidos em coletividades, que se apoiam em instrumentos da lembrança, sejam objetos materiais (monumentos comemorativos, a toponímia urbana, ou geográfica, nomes de prédios ou navios, imagens impressas em papel-moeda), mediadores literários (relatos, mitos, etc.), sejam rituais, (comemorações, efemérides). (CARRETERO, 2007, p. 19)

Para compreender a relação do conceito de memória, história e identidade também foi usado o texto “Memoria, historia e identidad. Una reflexión sobre el papel de la enseñanza de la historia em la desarrollo de la ciudadanía” de Alberto Rosa Rivero. No texto, o autor trata a memória como “lo que nos permite plantearnos de donde venimos;; la identidad nos conduce a la pregunta sobre qué es lo que somos; mientras que la historia nos hace reflexionar sobre adónde apunta nuestro destino” (2004, p. 47).

No texto de João Lorandi Demarchi, ele apresenta o conceito de patrimônio-gerador Baseado no “tema-gerador” de Paulo Freire. Objetivo é intensificar o olhar analítico acerca dos patrimônios. Tratar o patrimônio nesta perspectiva é colocá-lo como um elemento de letramento histórico, fazer dele uma ferramenta para compreender as narrativas de construção da História, onde os sujeitos tornam-se ativos, críticos e conscientes.

No que se refere as diretrizes da educação nacional, a qual pretendemos atender, partimos de 1988, após a abertura democrática no Brasil, que se consolidou com a publicação da Constituição. Esta, em seu capítulo III, trata da Educação, da Cultura e do Desporto, onde, no artigo 211, define a educação como um direito a todos, tornando a união responsável por estabelecer as diretrizes e bases nacionais para a educação, podendo cada estado e município fazer seus ajustes e considerações nos seus planos de ensino devido ao regime de colaboração.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), publicada em 1996, ajustou alguns elementos específicos para o plano nacional de educação. Nela se estabeleceu que entre as finalidades da educação estão: desenvolver o educando para o exercício da cidadania, valorizando as diferentes culturas que formam o povo brasileiro e utilizando diferentes metodologias que se ajustem às realidades locais e regionais do país. Este ponto da específico da LDB foi um motivadores e norteadores deste trabalho.

No ano seguinte à publicação da LDB, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Estes parâmetros apresentavam objetivos para concretizar “as intenções educativas em termos de capacidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da escolaridade” (1996, p.47). Dentro de um leque de capacidades apresentadas no documento, destacamos como elemento peculiar para o ensino de História a capacidade de inserção social que pretende formar um estudante que se perceba parte da comunidade, comprometendo-se com questões que considere relevantes. Essa capacidade está diretamente ligada ao exercício da cidadania, necessária para superar o individualismo e enxergar as demandas coletivas.

Ou seja, os PCNs passam a determinar que a capacidade de inserção social deveria ser desenvolvida através da educação para que o estudante tivesse uma formação que lhe permitisse atuar como protagonista social em questões que envolvessem o exercício da sua cidadania. Essa capacidade, em específico, já poderia ser desenvolvida através da Educação Patrimonial, definida no Guia Básico de Educação Patrimonial publicado pelo IPHAN, como:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (1999, p. 4)

Não seria esta uma maneira de desenvolver a capacidade do “aluno perceber-se como parte de uma comunidade”? O Guia Básico de Educação patrimonial do IPHAN afirma que sim, pois considera que a Educação Patrimonial provoca situações de aprendizado que despertam nos alunos o interesse em resolver questões coletivas importantes através da curiosidade e do incentivo a investigação (1999, p.6).

Os PCN's também deixaram claro que o papel do professor não está em passar conhecimentos para os alunos, mas em “apresentar os conteúdos e atividades de aprendizagem de forma que os alunos compreendam o porquê e o para que do que aprendem” (1997, p. 48). Ou seja, o aprendizado se estabelece por um diálogo que permita a compreensão do que se estuda e da sua relevância.

Nos objetivos do documento, podemos destacar alguns que interferem diretamente nas aulas ministradas pelos professores de História para os alunos do ensino básico. Segundo as diretrizes, os alunos devem conhecer as características materiais e culturais do Brasil, conhecer e valorizar a pluralidade dos patrimônios culturais, perceber-se como agente transformador do ambiente e saber utilizar diferentes fontes de informação.

Aprofundando-nos um pouco mais na área do ensino de História através dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Geografia (1997, p.26), vemos orientações para que haja uma “transposição dos métodos de pesquisa da História para o ensino de História”, ou seja, o aluno de ensino básico deve ser desafiado a fazer uma pesquisa investigativa onde ele lide com as fontes e documentos históricos sendo um “observador atento das realidades em seu entorno”.

Algo totalmente pertinente à Educação Patrimonial, pois para o desenvolvimento de sua metodologia considera-se que na mesma medida em que as fontes são essenciais para o fazer histórico, elas são para o ensino de História, pois “o uso do documento histórico na sala de aula estimula o aluno a exercitar o conhecimento sobre a História por meio das suas próprias experiências” (GASPARI, 2009, p.16).

Já em 2013, depois de muitos encontros e publicações da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, foi publicado um novo documento norteador, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, que foi “responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica foram importantes porque consolidaram anos de discussões sobre o ensino no país. Contudo, só com a publicação

da Base Nacional Comum Curricular, em 2018, foi apresentada como uma nova proposta de “formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares”, onde a BNCC integra a política nacional da Educação Básica contribuindo com outras políticas e ações, “referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação” (BNCC, 2018, p. 8).

A BNCC, para além dos conteúdos, definiu uma série de aprendizagens, competências (conceitos e procedimentos) e habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais) a serem desenvolvidas pelos alunos.

Na estrutura estabelecida na BNCC, a disciplina de História consolida-se como Componente Curricular da Área de Ciências Humanas tendo suas Competências Específicas, e dividindo-se em Unidades Temáticas que unem Objetos de Conhecimentos para o desenvolvimento de Habilidades.

No ensino de Ciências Humanas, a BNCC sugere-se que

os procedimentos [...] devem contribuir para que os alunos desenvolvam a capacidade de observação de diferentes indivíduos, situações e objetos que trazem à tona dinâmicas sociais em razão de sua própria natureza (tecnológica, morfológica, funcional). A Geografia e a História, ao longo dessa etapa, trabalham o reconhecimento do Eu e o sentimento de pertencimento dos alunos à vida da família e da comunidade. (BNCC, 2018, p, 356)

O documento ainda afirma que “os processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto estimulam o pensamento”. Todos esses critérios e resultados esperados pela BNCC para o ensino de História encontram na Educação Patrimonial uma metodologia eficiente. Já que ambos têm a perspectiva de que a aprendizagem seja realizada a partir de ações em que o aluno assuma uma atitude historiadora (BNCC, 2018, p.401).

Nas Competências do Ensino de História para o Ensino Fundamental, observa-se a preocupação da Base Nacional em estimular que os estudantes sejam protagonistas da sua aprendizagem, percebendo relações tempo-espço, identificando continuidades-permanências, desenvolvendo seus próprios questionamentos sobre sua realidade, fazendo suas leituras e suas interpretações dos objetos históricos respeitando as diferentes realidades culturais e

problematizar a produção histórica estabelecida de maneira que seja capaz de analisar os conhecimentos produzidos pela historiografia.

No que diz respeito às determinações da BNCC para o ensino de História no ensino médio

[...] espera-se que os jovens elaborem hipóteses e argumentos com base na seleção e na sistematização de dados, obtidos em fontes confiáveis e sólidas. A elaboração de uma hipótese é um passo importante tanto para a construção do diálogo como para a investigação científica, pois coloca em prática a dúvida sistemática – entendida como questionamento e autoquestionamento, conduta contrária à crença em verdades absolutas. (BNCC, 2018, p 562)

O que mais uma vez caracteriza o processo da metodologia da Educação Patrimonial, onde o estudante é levado a contextos em que ele deve questionar as fontes e elaborar hipóteses sobre a História a partir delas.

Observe o quadro apresentado no Guia Básico de Educação Patrimonial. Ele apresenta um modelo metodológico para o desenvolvimento da Educação Patrimonial.

Etapas	Recursos/ Atividades	Objetivos
1) <u>Observação</u>	exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive ...	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>identificação</b> do objeto/ função/significado;</li> <li>• desenvolvimento da <b>percepção visual e simbólica</b>.</li> </ul>
2) <u>Registro</u>	desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas ...	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>fixação do conhecimento</b> percebido, aprofundamento da <b>observação e análise crítica</b>;</li> <li>• <b>desenvolvimento</b> da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.</li> </ul>
3) <u>Exploração</u>	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>desenvolvimento das capacidades</b> de análise e julgamento crítico, <b>interpretação</b> das evidências e significados.</li> </ul>
4) <u>Apropriação</u>	recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.	<b>envolvimento afetivo</b> , internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, <b>valorização</b> do bem cultural.

A partir dele podemos perceber a relação da Educação Patrimonial com a BNCC. Por exemplo, vemos que a BNCC considera importante que os estudantes assumam uma atitude historiadora dentro de uma pesquisa científica e a Educação Patrimonial apresenta um método para que eles atuem com autonomia para observar, registrar, explorar e apropriar-se. Logo, eles terão que desenvolver suas habilidades e buscar ferramentas para compreensão do patrimônio estudado, aplicarão conceitos e desenvolverão hipóteses sobre determinada fonte histórica.

### **3 RELATO DE ATIVIDADE: A CONSTRUÇÃO DA GUIA**

A fase inicial do projeto esteve concentrada no estudo de documentos oficiais do Ministério da Educação, do Governo Brasileiro e da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Buscamos entender através deles como o projeto de educação se desenvolveu, identificando seus objetivos em relação a formação dos estudantes. Demos maior destaque aos Parâmetros Comuns Curriculares Nacionais (PCNs) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entendendo que estes se tornaram documentos norteadores do ensino de História no Brasil.

Através do Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) e dos autores citados no referencial teórico, estabelecemos os pontos de congruência entre a Educação Patrimonial e as diretrizes oferecidas pelos documentos para o desenvolvimento da educação brasileira.

Num segundo momento, baseando-nos nessa discussão teórica, partimos para a análise das experiências desenvolvidas através dos relatórios, artigos e materiais obtidos pelo Programa Arqueológico de Resgate, Prospecção, Monitoramento e Educação Patrimonial das Obras Cíveis de Implantação do Habitacional do Pilar – Bairro do Recife. Conhecer o projeto desenvolvido na comunidade do Pilar também demandou tempo de leitura e em campo.

Além do estudo dos materiais escritos referente a área do Pilar, foi necessário conhecer o espaço onde têm sido feitas o trabalho arqueológico, participar das etapas de higienização, identificação e catalogação para a apropriação dos conhecimentos construídos pelo do projeto.

Por fim, construímos um guia didático sobre a Educação Patrimonial. Peças e conteúdos foram selecionados de acordo com a viabilidade de traçar o paralelo proposto entre BNCC e Educação Patrimonial. Conseguir fazer uma seleção de materiais diante de milhares de peças se torna uma escolha difícil e complexa. Pois, foi necessário estudar cada uma das peças escolhidas, criar uma atividade de Educação Patrimonial e correlacionar com a BNCC. Esta última etapa se tornou a mais difícil. Isso porque mesmo apontando objetivos próximos aos da

metodologia da Educação Patrimonial, consideramos que as habilidades da BNCC não constroem o suporte para a educação crítica e ativa prometida.

Desta forma, as atividades foram pensadas e repensadas até que se tornassem possível, atendendo as diretrizes, planejar aulas que colocassem o aluno como protagonista, investigador e atuante.

Os textos teóricos foram escritos conforme a discussão e conceitos apresentados neste relatório. A organização deles foi estabelecida de uma maneira a facilitar a didática e com um visual que facilita a estruturação das ideias. O texto-base, especificamente, é resultado dos relatórios e artigos dos pesquisadores da área do Pilar e conta um pouco da história da região. O texto de orientação aos professores é uma carta ao leitor para convidá-los a utilizar o material com autonomia. As atividades indicadas são flexíveis em diversos aspectos e possíveis a uma variedade de contextos e conteúdo. Junto com elas, são indicadas as unidades temáticas a serem trabalhadas, assim como, os objetos de conhecimento, as competências e habilidades que podem ser exploradas.

O layout foi elaborado através do site canva.com, que oferece uma diversidade de design e possibilidades de artes. Para a confecção da arte foi utilizado como base nos planos de fundo um óleo sobre a tela de Gillis Peeters, Vista de Recife e seu Porto, 1637<sup>2</sup>. Sua estrutura ficou dividida em: capa, ficha técnica, apresentação, sumário, textos teóricos, texto de orientação aos professores, texto-base, atividades, anexos e referências.

Por fim, temos um guia pronto, que acreditamos atender a ideia proposta. Contudo, entendemos que os estudos sobre o material arqueológico do Pilar está apenas começando e que, eventualmente, podemos alterar as atividades sugeridas ou acrescentar novas. Esperamos contribuir com o ensino de História, firmados no compromisso com uma educação que promova autonomia e criticidade direcionando cidadãos que valorizem seus patrimônios e possam reconhecer sua identidade neles.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de difícil, a elaboração do guia foi uma tarefa prazerosa. Idealizar todo material desde a parte gráfica, arte, cores, imagens e layouts até a construção dos textos pedagógicos e

---

<sup>2</sup> Vista de Recife é obra que apresenta o istmo durante o século XVII. Nela é possível ver barcos cercando o istmo e algumas construções sobre a faixa de areia. A imagem utilizada encontra-se no endereço [https://www.researchgate.net/figure/Recife-e-seu-porto-Gillis-Peeters-1637\\_fig3\\_304540009](https://www.researchgate.net/figure/Recife-e-seu-porto-Gillis-Peeters-1637_fig3_304540009) (acessado em 06 de maio de 2022).

históricos se tornou um motivo de orgulho. Cada parte do guia foi pensado para facilitar o seu entendimento sem torná-lo um material simplista.

Com o embasamento teórico e com o guia em mãos, esperamos alcançar salas de aula do Recife. Ele pode receber novas informações e atividades à medida que a pesquisa do Programa Arqueológico do Pilar se ampliar ou do surgimento de nossas atividades que promovam o estudo de patrimônios. Porém, hoje, ela já é uma ferramenta totalmente utilizável, um ponto de partida para planejamentos de aulas mais dinâmicas.

Esperamos, com o material sugerido, auxiliar professores e educadores a proporcionarem um ensino mais criativo, investigativo e crítico aos estudantes. É de nosso interesse que haja uma divulgação via redes sociais do material e o incentivo ao uso. O guia estará disponível para os professores que, se interessando, entrarem em contato com o NEPARQ. A expectativa agora é dos feedbacks das escolas, professores e alunos que tiverem contato com o material.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rosangela Bezerra. **Primeiras Ocupações Residenciais Da Rua De São Jorge No Bairro Do Recife: Um estudo das estruturas arqueológicas/arquitetônicas da quadra 55 na área do Pilar, Recife-Pe.** 2016. 101f. Dissertação (mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-lei nº 20, de 30 de novembro de 1937.** RJ: NOV. 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm) . Acesso em: 23 de outubro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.** Brasília, MEC/SEF, 1997.

CARRETERO, Mario. ROSA, Alberto. GONZALÉZ, María Fernanda. Ensinar história em tempos de memória. In. CARRETERO, Mario (et.). **Ensino de História e Memória Coletiva.** Trad. Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COSTA, Alcidea Coelho. **Educação patrimonial como instrumento de preservação.** DePHA/ SEC-DF, 2007.

DEMARCHI, João Lorandi. Patrimônio-Gerador: perspectivas de Paulo Freire no patrimônio cultural. In. **Revista Arqueologia Pública.** Campinas, SP. n.02, p.71-83, 2021.



EDUCACIONAL. Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento. **Programa Arqueológico de Resgate, Prospecção, Monitoramento e Educação Patrimonial das Obras Cíveis de Implantação do Habitacional do Pilar – Bairro do Recife**. Recife, 2016.

GASPARI, Leni Trentim. Ensinando a valorizar e a preservar os bens culturais pelo viés da Educação Patrimonial. In. **Luminária**. n.10, FAFIUV, 2009.

HORTA, M<sup>a</sup> de Lourdes; GRUNBERG, Evelina e MONTEIRO, Adriane. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. In. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**. Porto, vol. 41, n° 1 - 2, 2001. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/9750/8944> (Acessado em 25 de out. de 2021)

OLIVEIRA, Ana Lúcia do Nascimento. JUNIOR, Jonas Clevison Pereira de Melo. Luna. Suely Cristina Albuquerque. Olhai para as ruas desta cidade”: os discursos médicos na produção do Recife enquanto um espaço urbano insalubre (1831- 1845). In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. n°21, 2021.

RIVERO, Alberto Rosa. Memoria, historia e identidade. Uma reflexión sobre el papel de la enseñanza de la historia em la desarrollo de la ciudadanía. In. CARRETERO, Mario. VOSS. James F. **Aprender y pensar la historia**. Buenos Aires. Amorroutu, 2004.

SILVA. Ilana Elisa Chaves. **Arqueologia da doença no cemitério histórico do Pilar-PE**. Dissertação de mestrado, UFPE, 2015.